

TECNOLOGIAS ANTIGÊNERO E EDUCAÇÃO: POR EPISTEMOLOGIAS QUE ROMPAM COM A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”

ANTI-GENDER TECHNOLOGIES AND EDUCATION: FOR EPISTEMOLOGIES THAT BREAKS WITH THE “GENDER IDEOLOGY”

Edmauro Ramos

RESUMO: A “ideologia de gênero” tem tomado espaço nos debates e deliberações no campo educacional, alertando esses espaços sobre suas “faces ameaçadoras” que põem em risco os valores tradicionais e concepções essencialistas a respeito do gênero. Para além de um dispositivo de diferenciação, essa tecnologia de gênero se faz valer de epistemologias que ampliam ainda mais as ofensivas antigênero no contexto educacional. Tensionando as questões da “ideologia de gênero” e as epistemologias que ela se propõe em reforçar, esse artigo, movido por articulações com a revisão bibliográfica, pretende refletir sobre como essa falsa ideologia tem se infiltrado na educação por meio de suas tecnologias de gênero. Por outro lado, o artigo também reflete sobre a necessidade de epistemologias outras que se alinhem às premissas de igualdade e pluralidade, em detrimento ao factoide da “ideologia de gênero”. Para tanto, nota-se que para trilharmos esse caminho rumo à epistemologias plurais, faz-se necessário ressignificar, tensionar e questionar as epistemologias normativas vigentes.

Palavras-chave: Ideologia de Gênero; Tecnologias de Gênero; Epistemologia; Educação.

ABSTRACT: The “gender ideology” has taken place in debates and deliberations in the educational field, alerting these spaces about their “threatening faces” that put in risk the traditional values and essentialist conceptions about gender. Beyond of an addition to a differentiation device, this gender technology makes use of epistemologies that further amplify anti-gender offensives in the educational context. Tensioning the issues of “gender ideology” and the epistemologies it proposes to reinforce, this article, moved by the articulations with the bibliographic review, intends to reflect on how this false ideology has been infiltrated in education through its gender technologies. On the other hand, the article also reflects about the need for others epistemologies that are aligned to equality and plurality premises, to the detriment of the factoid of “gender ideology”. Therefore, it is noted that in order to follow this path towards plural epistemologies, it’s necessary to reframe, tension and question the current normative epistemologies.

Keywords: Gender Ideology; Gender Technologies; Epistemology; Education.

INTRODUÇÃO

Quando Louro (2004) nos diz que não há espaço para a diversidade no currículo, é certo assentir que a escola ainda se encontra relutante para abrigar demais possibilidades identitárias além das barreiras de gênero, as quais são excluídas por inúmeros dispositivos tendenciosos de silenciamento que visam deslegitimá-las e pôr em dúvidas suas epistemologias e vivências. O factoide da “ideologia de gênero”, para além da efervescência dos debates neopentecostais e religiosos que disputam e deliberam sobre os corpos e gêneros, se configura como um dos mecanismos que também instala e investe em tecnologias de gênero e de sexualidade sobre as identidades vistas como incongruentes na sociedade, sobretudo no cotidiano da escola.

Tomando como base a ideia de “tecnologia de gênero” de Teresa de Lauretis (1994) e como a sua essência constrói percepções e designações que controlam e reforçam as representações do binômio sexo-gênero, vislumbramos que existem tecnologias antigênero na própria “ideologia de gênero”, as quais contaminam o sistema educacional e agem rigorosamente contra iniciativas que possam propiciar reflexões para além de noções binárias e fixas. Tais tecnologias existentes no campo educacional concebem outras nuances do gênero como “erros”, “desvios”, “pecados” e “doutrinações”, limitando-as a pressupostos biológicos e essencialistas.

Assombrando os currículos e o cotidiano escolar desde sua ebulição entre os anos de 2014 e 2017, o *slogan* “ideologia de gênero” tem sido propagado por inúmeros veículos como um afronte à família tradicional, bem como tem tomando espaço nos debates e discussões educacionais e políticas que amparam essa retórica antigênero, com o intuito de silenciar esses termos e seus debates dos planos nacionais, estaduais e municipais. Junqueira (2019) nos diz que os principais artifícios discursivos proferidos pela “ideologia de gênero” e as suas estratégias de governo pretendem conceber e instalar a visão de que as identidades são de caráter imutável, bem como são ordenadas e hegemônicas.

Dado ao caráter sedutor e falacioso que essa ideologia provoca no cenário educacional brasileiro, destaca-se a necessidade de refletir sobre as tecnologias de gênero exercidas por esse *slogan*, uma vez que suas premissas buscam forjar epistemologias pautadas na indiferença, na idealização simétrica e binária que imperam no espaço escolar e nos mais espaços educativos. Seus interesses, materializados por movimentações na internet, na política partidária, nas igrejas e nos espaços curriculares expressam alguns dos interesses que essa falsa ideologia se propõe: excluir corpos e identidades insubmissas aos ditames de seus planejamentos e currículos.

Nesse sentido, com vistas a debater sobre esse fantasma que assombra o espaço escolar e curricular, este artigo tem o intuito de promover e tecer reflexões sobre como esse factóide tem se respaldado nas tecnologias de gênero para governar narrativas e vivências no espaço escolar propondo epistemologias, ou seja, teorias e conhecimentos que desvalidam e provocam a morte social dessas subjetividades. Flexionando e se aproximando de contribuições teóricas e estudos já realizados, esse artigo elenca a revisão bibliográfica como caminho metodológico para dialogar e criar mobilizações reflexivas por epistemologias que interrompam esse movimento cíclico de rejeição, para que se expandam o respeito e a igualdade em seu cerne.

EPISTEMOLOGIAS E TECNOLOGIAS ANTIGÊNERO

Sabe-se que a epistemologia – denominada de teoria do conhecimento – deriva-se da filosofia e tem a finalidade de compreender a validade do conhecimento, bem como o investiga. Críticas ao modelo racionalista sobre a concepção e construção do conhecimento foram determinantes, nas quais os filósofos Jaques Derrida, Michel Foucault, Paul Ricoeur e outros filósofos europeus enfatizavam que o conhecimento e a sua produção se divergem da ideia simplista de um cientista isolado em seu gabinete utilizando de seus métodos para tal (CALVELLI; LOPES, 2011). A epistemologia vai então, conforme Williams (2016), analisar e criticar essas e outras formas de controle do conhecimento, dialogando e se aproximando mais da filosofia do que com métodos científicos canônicos.

Tesser (1994, p. 92) discorre que a principal tarefa da epistemologia está na “reconstrução racional do conhecimento científico, conhecer, analisar, todo o processo gnosiológico da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, interdisciplinar, político, filosófico e histórico”. A epistemologia, como teoria do conhecimento, avalia a produção do saber e a sua legitimidade enquanto ciência, numa ótica filosófica (WILLIAMS, 2016).

Dessa forma, desconsiderando que o conhecimento não é livre de emoções, do contato social e da interação, ele não opera com e por meio de um método pronto, pois ressignifica o conhecimento e a sua produção, de maneira a criticar a forma dominante de se fazer ciência (CALVELLI; LOPES, 2011). Com isto, nos vemos cercados não de uma, mas de várias epistemologias que abordam “[...] problemas lógicos, problemas semânticos, problemas gnosiológicos, problemas metodológicos, problemas ontológicos, problemas axiológicos, problemas éticos, problemas estéticos e problemas pedagógicos” (TESSER, 1994, p. 96).

A epistemologia feminista, mobilizada pelos mesmos preceitos, critica a ciência ocidental com a finalidade de permitir analisar a multiplicidade de saberes através do distanciamento de uma condição de hierarquização. No que tange aos debates de gênero e suas desigualdades, à luz da crítica feminista, a construção desses conhecimentos, ou seja, suas epistemologias, não estão isentas de um viés político e social (SATTLER, 2019), visto que tais conhecimentos concentrados no poderio partem de uma perspectiva hegemônica: masculina, cristã, branca, heterossexual e de classe social favorecida. Desta maneira, questionar e desfazer essas concepções excludentes, binárias e dicotômicas faz com que essas dissidências tenham um propósito epistemológico e político (COLLING, 2016).

Ratificando a ideia de uma epistemologia voltada ao homem e as conseqüentes críticas proferidas e problematizadas pela epistemologia feminista, Saunders (2017) disserta que nessa ótica, apenas o homem era definido como “ser humano”, enraizando esse projeto epistemológico em torno da figura do homem branco e heterossexual, burguês e cristão como detentor do poder e do conhecimento. Tais estudos abrangidos pela epistemologia feminista abrangem então uma dimensão em uma organização social em que o sexo não seja determinante e estruturante. Por conta disso, tal epistemologia pautada na universalização requer uma desconstrução radical que rodeia a percepção do mundo e de seus organismos, sobretudo na linguagem que os cristalizam (MARTINS, 2016).

Entretanto, em resposta às epistemologias feministas e suas críticas, outras epistemologias e tecnologias de gênero cristalizadas nos modelos canônicos têm sido reconstruídas, revisitadas e têm se manifestado por meio de discursos, comportamentos, artefatos culturais e artifícios políticos em nosso cotidiano, sobretudo no âmbito da educação, a fim de reafirmar normas e estabelecimentos em detrimento à pluralidade. Essas tecnologias de gênero, termo cunhado por Teresa de Lauretis (1994), entendem que esses instrumentos utilizados para impor uma epistemologia de gênero voltada à hegemonia agem por meio de táticas de poder para produzir subjetividades que sejam condizentes com esses preceitos, como a imposição da heterocisnormatividade branca, por exemplo.

Tais tecnologias são investimentos, mecanismos que agem em conformidade com os aspectos biológicos por intermédio de estratégias e discursos. Com isto, sendo uma tecnologia que generifica os sujeitos e produz os corpos, os mesmos “[...] são

nomeados como femininos e masculinos em função dos discursos que os significam desta forma” (CALDEIRA, 2018, p. 55). Para Lauretis (1994, p. 208), faz-se necessário desatrelar a ideia de gênero da diferença sexual, sendo que para compreender o gênero é necessário olhá-lo como um “conjunto de efeitos produzidos nos corpos”.

Na perspectiva epistêmica e no aspecto tecnológico explicitado pela ideia de Lauretis (1994), nota-se que tais epistemologias e seus conhecimentos controlados por amarrações de gênero negam o lugar das dissidências por meio de práticas de invisibilidade e de reforço de ditames gendrados. Essas tecnologias se cruzam com a educação, seus espaços educativos, com seus currículos e práticas, com o intuito de demandar sujeitos alinhados aos pressupostos biológicos e normativos.

Para Oliveira e Diniz (2014, p. 246), “o marco epistêmico da heteronormatividade está envolvido por uma retórica psicologizante e biologizante que despolitiza as agendas de gênero e sexualidade, tratando-as como questões individuais ou mesmo naturais”. De tal maneira, a matriz epistêmica da normatividade produz olhares obtusos às subversões. Oliveira (2016, p. 115) nos chama a atenção aos “[...] movimentos contra o ensino e a produção de conhecimento sobre gênero, que recusam a difusão e disseminação do conceito nos programas escolares e na educação [...]”, os quais, conforme Arroyo (2017), comungam do conservadorismo e do fundamentalismo que reafirmam as normas tradicionais de gênero, assim como estruturam tecnologias e teorias pedagógicas antigênero tecidas pelas e nas relações de poder.

MACHO NASCE MACHO, FÊMEA NASCE FÊMEA: A “IDEOLOGIA DE GÊNERO”, SUAS EPISTEMOLOGIAS E ATAQUES À EDUCAÇÃO

Thompson (2000) descreve que podemos identificar dois tipos de concepção de ideologia: uma delas é a noção neutra e a outra é uma noção crítica. Para o autor, a noção neutra avalia algum fenômeno sob um viés ideológico apenas por ser um conjunto de ideias, independentemente de serem enganadoras ou ilusórias. Já a concepção crítica é aquela de sentido pejorativo a esses conjuntos de ideias.

Numa perspectiva crítica, vemos a “teoria de gênero” ou a “ideologia de gênero” como algumas das terminologias elucidadas nos sítios discursivos para se tratar das possibilidades de falar sobre gênero. Para Maia e Rocha (2017), a literatura científica apresenta e propaga quatro nuances da “ideologia de gênero”, sendo ele: 1) o discurso heterossexista, 2) uma crítica aos estudos de gênero, 3) uma crítica aos papéis sociais de homens e de mulheres, 4) antifeminismo.

Balestrin (2018) enfatiza que esses setores adeptos ao conservadorismo têm articulado e criado um tipo de “pânico moral” que objetiva banir que essas discussões sejam difusas na sociedade e nas escolas, em razão de que esses setores têm denominado as iniciativas de problematizar as relações de gênero de ideologia. De maneira simples, Colling (2018, p. 55) resume a “ideologia de gênero” como “uma invenção católica que emergiu sob os desígnios do Conselho Pontifício para a Família, da Congregação para a Doutrina da Fé, entre meados da década de 1990 e no início dos 2000”. Ainda segundo o autor, a matriz dessa controversa ideologia é católica neofundamentalista.

Conforme se aprofunda Junqueira (2019), evidências documentais apontam que o sintagma “ideologia de gênero” teve suas origens a partir na metade do século

da década de 90 por parte dos setores religiosos. As primeiras reações negativas ao conceito de gênero começaram a figurar nos acordos internacionais de Direitos Humanos há cerca de vinte anos (MISKOLCI, 2018). O *Gender Agenda* (1997), publicado pela antifeminista e pró-vida Dale O’Leary, acusou a ONU de orquestrar medidas para articular as perspectivas de gênero aos Direitos Humanos, como aponta Junqueira (2017). No entanto, ela utilizou o termo “ideologia feminista radical” (CORRÊA, 2017).

Tal crítica proferida por O’Leary chamou a atenção de representantes do catolicismo em 1997, que condenavam veementemente as discussões sobre gênero, pois, como destacam Miskolci e Campana (2017), a matriz católica via nesses embates de gênero uma nova antropologia, ou seja, outra forma de idealizar o ser humano, algo inconcebível e que vai contra os principais divinos. Nesse mesmo ano, o monsenhor Michel Schooyans escreveu e publicou *L’Évangile face au désordre mondial*, que teve o prefácio deste livro redigido por Joseph Ratzinger, cardeal e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o qual se destacava por seus discursos e críticas contra o aborto e à cultura antifamília (JUNQUEIRA, 2017).

Em 1998, como investigou Junqueira (2017; 2019), a “ideologia de gênero” figurou pela primeira vez em um documento oriundo da Conferência Episcopal do Peru, chamada *La ideologia de género: sus peligros y alcances*, produzida novamente por um monsenhor, Oscar Alzamora Revoredo, sendo referência e servindo de base aos discursos antigênero. Seus idealizadores tiveram como base o texto de O’Leary, o qual foi traduzido em várias línguas e serve de bíblia para as argumentações anti-gênero (JUNQUEIRA, 2019). Nos anos seguintes, de acordo com Junqueira (2017), a “ideologia de gênero” já tomava espaço nos mais diferentes documentos, incorporada um documento da Cúria Romana, *Família, Matrimônio e uniões de fato*.

Em 2001, o argentino, advogado e militante pró-vida, Jorge Scala, publicou o *Género y Derechos Humanos*. Ao chegar no Brasil, a obra teve seu título reformulado para *Ideologia de Género: neototalitarismo e a morte da família*. Reis e Eggert (2017) dissertam que Scala é um dos autores que têm difundido a ideia de “ideologia de gênero”, seja através de obras ou discursos. Em entrevista, o argentino define o sintagma da seguinte maneira:

Uma ideologia é um corpo fechado de ideias, que parte de um pressuposto básico falso — que por isto deve impor-se evitando toda análise racional, e então vão surgindo as consequências lógicas desse princípio falso. As ideologias se impõem utilizando o sistema educacional formal (escola e universidade) e não formal (meios de propaganda), como fizeram os nazistas e os marxistas (SCALA, 2011, sem paginação).

Desse modo, vislumbra-se que a ofensiva antigênero e o fundamentalismo religioso unem forças e se convergem para proferir discursos e mazelas para conduzir esses debates, fazendo-se valer atitudes epistêmicas, ou seja, construindo e ressignificando conhecimentos que ainda têm como base protótipos binários de gênero e das sexualidades. Portanto, trata-se de uma avalanche reacionária que visa inundar todos e todas com moralismos, generificações, omissões, silêncios e retrocessos (PARAÍSO, 2018).

No Brasil, a movimentação e a proliferação do sintagma “ideologia de gênero” se deram, como ressaltam Coelho e Santos (2016), por meio de ostensivas

movimentações e mobilizações em 2014 que clamaram pela exclusão do termos gênero e orientação sexual dos planos nacionais, estaduais e municipais de Educação. Na cerimônia de homologação da Base Nacional Comum Curricular, em 2017, após a mesma passar por várias versões para excluírem-se os termos que faziam referência às diversidades sexuais e de gênero, o então ministro da Educação, Mendonça Filho, discursou que a Base não fazia apologia a “ideologia de gênero” ou coisa parecida.¹

Não obstante, os discursos alicerçados sob as perspectivas dogmáticas que condenam experiências e identidades destoantes da normatividade e da biologia dialogaram ainda com a explosão midiática do Movimento Escola Sem Partido, derivado do projeto de lei com o mesmo título. Tal movimento, como salientam Souza, Meyer e Santos (2019), engendrou um movimento reacionário que contribuiu para o silenciamento de temáticas relacionadas ao gênero e à Educação Sexual, impossibilitando sua incorporação nos currículos.

Com isto, a revolta causada pela “ideologia de gênero” começou a ser associada aos termos “destruidores da família”, “familiofóbicos”, “homossexualistas”, “gayzistas”, “feminazis”, “pedófilos”, “heterofóbicos”, “crisofóbicos”, etc. (JUNQUEIRA, 2017, p. 29). Souza, Meyer e Santos (2019) discorrem que tais grupos conservadores se apropriam da expressão “ideologia de gênero” para impedir que essas temáticas sejam discutidas e problematizadas nas escolas e nos mais diferentes espaços educacionais.

Para Balthazar (2018, p. 144), a “ideologia de gênero”, tomando controle dos debates de gênero, “[...] assume um caráter autoritário, como se crianças e jovens, concebidos como naturalmente dispostos à heterossexualidade, fossem se tornar vítimas de uma prática de inversão sexual promovida por uma ditadura *gayzista*”. Como assinala Miskolci (2018), o fantasma da “ideologia de gênero” compreende esses campos discursivos como uma referência ao comunismo, às epistemologias feministas, ao medo de transformações entre os gêneros e à extensão dos direitos homossexuais.

Além desses ataques discursivos religiosos, demais declarações públicas tiveram e ainda têm palco para expressar o repúdio em torno da presença dessas pautas no contexto escolar, reforçando que elas não deveriam, em hipótese alguma, figurar nos documentos educacionais com o intuito de instalar e inspirar ditaduras e regimes *gayzistas*, feministas e comunistas, segundo seus defensores. O *slogan* vem se multiplicando e organizando estratégias para figurar nos mais diferentes artefatos da política educacional brasileira (PARAÍSO, 2016).

Concordando com Bandeira (2016, p. 36), nota-se então que existe e persiste uma “[...] ignorância pela credibilidade que essas pessoas atribuíram ao termo ‘ideologia de gênero’, a qual nunca fez parte do vocabulário de gênero na educação”, uma vez que ela se embasa e se estrutura por intermédio de categorias heteronormativas e fundamentalistas.

Fica em evidência que o gênero, se tratando de “[...] um produto de diferentes tecnologias sociais, [...] e de discursos, epistemologias e práticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (LAURETIS, 1994, p. 208), é tomado pelas tecnologias discursivas e retóricas como uma ameaça. De modo estratégico, a

1 Ver: <https://istoe.com.br/base-curricular-nao-possui-nenhuma-prisao-a-ideologia-de-genero-diz-ministro/>

“ideologia de gênero” requer justamente elucidar a fantasia de uma verdade absoluta, imutável, criando mecanismos e sistemas que excluem as identidades e narrativas que implodem esse limiar.

POR EPISTEMOLOGIAS ALINHADAS ÀS PLURALIDADES

Furlani (2005) destaca que cada episteme carrega consigo uma base de referência que foi se fortalecendo ao decorrer da história e da cultura e que não permite que os sujeitos operem por outras perspectivas que se desviem dessa. É notório que a episteme e a estratégia argumentativa da “ideologia de gênero” estão sustentadas nos ataques aos estudos de gênero, justamente porque suas fundamentações carecem de olhares e contextualizações empíricas, pois apresentam visões e mundo que desconsideram esses elementos. É importante termos em mente que qualquer norte teórico e epistemológico também é político (CÉSAR, 2009).

Para Lionaço *et al.* (2018), a característica principal destes discursos são político-epistemológicos, pois tais ofensivas dizem respeito a como são descritas as diferenças sociais por intermédio de abordagens antidemocráticas e da sacralização da normatividade, ou seja, da ordem social. Seria necessário então, como nos recomendam Caetano, Goulart e Silva (2016), prestar atenção às alterações político-epistemológicas e subjetivas que têm destituído a lógica binária e os seus efeitos sobre o conhecimento e sobre os currículos.

Então, como nos chama a atenção Caetano (2011, p. 79), “[...] se encontramos os valores androcêntricos, heteronormativos e racistas nos fazeres políticos, científicos e artísticos, também, cada vez mais fortes, encontramos alternativas epistemológicas e políticas”. Sabemos que as corporalidades e subjetividades se inserem em um espaço de disputas, sobretudo se contextualizadas no campo educacional, mas que também, ao mesmo tempo, estão imersas em um espaço criativo de resistências constantes para reparar essas ofensivas e suas tecnologias. Enquanto a epistemologia estiver no armário, existirá a manutenção em favor da heteronormatividade e da produção e elaboração de conhecimentos e estratégias pedagógicas das relações no espaço escolar (ALÓS, 2011).

Então, como repensaríamos e ressignificaríamos as epistemologias que descentralizem as iniquidades de gênero e os seus limiares no escolar? Quais os limites, as possibilidades e as implicações neste caminhar? Lagarde (2004), iluminando os campos de reflexões para essa inquietação, nos afirma que nossas próprias biografias, ou seja, nossas vivências e nossas narrativas, são verdadeiras epistemologias. Caetano (2016, p. 29), concordando com Lagarde, endossa que nossas vivências são palcos para essas epistemologias, pois “[...] são mais que esses estatutos; elas servem de inspirações metodológicas”.

Pensar nas narrativas que transpassam e perpassam a escola e o terreno da educação, a fim de torna-las em potencialidades de transformação seria abrir possibilidades para reformular conceitos androcêntricos, excludentes, discriminatórios e retóricos. Abrindo caminho para tais subversões, haverá disponibilidade para ressignificar novas metodologias, novas epistemes, novas reflexões e intervenções autocríticas e distintas dos ditames (KÜCHEMANN; BANDEIRA E ALMEIDA, 2015). Seria desejável então, como assente Louro (1997, p. 27) “empenharmo-nos

para desconstruir processos sociais, políticos e epistemológicos pelos quais alguns indivíduos e grupos se tornam normalizados e outros, marginalizados”.

Uma epistemologia de gênero, por assim dizer, requer “uma ontologia baseada na ideia de trânsito e de como a inconformidade às normas de gênero é o terreno indicado para pensar conceitualmente os processos de subjetivação” (OLIVEIRA, 2016, p. 14). Assim, demanda-se de um trabalho que tenha como foco a diversidade sexual (bem como as inúmeras expressões de gênero), que sinaliza a entrada em um campo epistemológico ainda desconhecido, uma vez que epistemologia vigente é heteronormativa e corresponde ao binômio sexo-gênero (CÉSAR, 2009).

Conforme Saunders (2017), da mesma forma que a construção do conceito de gênero teve uma imensa interlocução com os estudos sociais, as mesmas nos colocam possibilidades para analisarmos essas categorias como construções e pensarmos em uma epistemologia que não despreze o potencial epistemológico do outro, ou seja, das identidades tidas como outras. Nesse sentido, pensar em uma epistemologia que seja alinhada aos pressupostos plurais e dissidentes, é “[...] começar a admitir que a inspiração possa advir de qualquer lugar, contribuindo para desfazer os binarismos tão fortemente aderidos às epistemologias tradicionais” (COSTA, 2000, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sendo um espaço de disputas mas também de resistências, o campo da educação, do currículo e da escola pode problematizar essas ostensivas antigênero a fim de pensar em epistemologias que vislumbrem demais possibilidades além das normas e dos corpos generificados da normatividade. Fica claro também que, ao se apoiar na falácia da “ideologia de gênero” e ao se deixar contaminar por ela, a educação põe em risco de retrocesso todo o conhecimento e pesquisas já realizadas que contestam suas vertentes inconsistentes, ou seja, desconsidera todas as epistemologias voltadas para o enfrentamento das desigualdades, ao respeito e suas propostas para interromper as linhas de poder que atravessam e marcam os corpos.

Analisando o caráter político e retórico intrínseco nas pautas da “ideologia de gênero” voltadas ao governo dos corpos por meio de suas artimanhas, suas investidas e tecnologias fadadas ao fundamentalismo religioso e às premissas essencialistas, notamos que os ataques aos gêneros e as sexualidades outras estão revestidos de falsas roupagens científicas, dando espaço para falsas epistemologias antigênero que se instalam em nossa sociedade e em nossas práticas pedagógicas. Entretanto, tais epistemologias antigênero são inócuas, pois utilizam de discursos científicos e biológicos para explicar e justificar o gênero, o qual, como defende a corrente pós-estruturalista e a epistemologia feminista, se dá pela construção social.

Ao invés de punir, reger e controlar as narrativas destoantes de gênero no contexto educacional, seria possível então fazer com que essas narrativas se tornem epistemologias, ou seja, procedimentos de aprendizagem e de conhecimentos, como elucida Lagarde (2004)? Em outras palavras, poderíamos criar ressignificações e experimentar nos currículos e nos espaços educacionais possibilidades inusitadas de re-existências (RANNIERY, 2018) por meio de epistemologias plurais e alinhadas à mobilizações que deformem as normas?

É inconcebível, então, que o cotidiano escolar ainda ceda às lábias da tendenciosa e perigosa “ideologia de gênero”, enquanto subjetividades são deslegitimadas, invisibilizadas e excluídas por seus ataques nos planos educacionais, assim como na sociedade. Fazendo uso de nossas epistemologias problematizadoras e de nossos instrumentos de reflexão, compete a nós repensarmos possibilidades e experimentações que agreguem, acolham e problematizem a (in)diferença no campo da educação, a fim de trilharmos em busca de epistemologias alinhadas à pluralidade e, enquanto tal, antidiscriminatória, democrática, laica e subversiva.

REFERÊNCIAS

- ALÓS, A. P. Gênero, epistemologia e performatividade: estratégias pedagógicas de subversão. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 421, jan. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2011000200007&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 06 nov. 2020.
- ARROYO, M. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 2017.
- BALESTRIN, P. A. Introdução aos estudos de gênero e sexualidade em articulação com o campo da educação. In: SILVEIRA et al. *Educação em gênero e diversidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. p. 11-28.
- BALTHAZAR, G. S. Em tempos fascistas, é preciso conversar com borboletas? In: SILVEIRA et al. *Educação em gênero e diversidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018. p. 143-160.
- BANDEIRA, A. Gênero e sexualidade na escola: qual o próximo capítulo? In: GUIMARÃES, R. S.; VERGUEIRO, V.; FORTUNATO, I. (Org.) *Gênero e cultura: perspectivas formativas*. São Paulo: Edições Hipótese, 2016. p. 36-41.
- CAETANO, M. *Gênero e Sexualidade: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares*. 2011. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal Fluminense do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.
- CAETANO, M. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Editora Appris, 2016.
- CAETANO, M. V.; GOULART, T. E. S.; DA SILVA, M. S. Ensaio sobre a heteronormatividade: modos curriculares de aprendizagem das sexualidades e do gênero. *Atos de pesquisa em educação*, v. 11, n. 2, p. 634-655, 2016. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/4845/0>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- CALDEIRA, M. C. S. Relações de gênero no currículo da formação de professoras para a alfabetização: uma análise do Plano Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. (Ed.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 53-72.
- CALVELLI, H. G.; LOPES, M. F. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In: *Livro de Anais do Congresso Scientiarum Historia IV*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. p. 347-353.
- CÉSAR, M. R. A. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. *Educar em revista*, n. 35, p. 37-51, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602009000300004&script=sci_arttext. Acesso em: 06 nov. 2020.
- COELHO, F. M. F.; SANTOS, N. P. A mobilização católica contra a “ideologia de gênero” nas tramitações do plano nacional de educação brasileiro. *Religare, João Pessoa*, v. 13, n. 1, p. 27-48, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/religare/article/view/30798>. Acesso em: 06 nov. 2020.
- COLLING, L. Caras que desfazem gêneros. In: COLLING, L. (Org.) *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016.
- COLLING, L. *Gênero e sexualidade na atualidade*. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância. Salvador: UFBA, 2018.
- CORRÊA, S. 1 vídeo (31 minutos e 42 segundos). Publicado pelo canal SPW. Disponível em: <https://youtu.be/VWBj6GX2Umo>. Acesso em: 27 mai. 2020.
- COSTA, M. V. (Org.) *Estudos Culturais em educação: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema*. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.
- DE LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, H. (Org.) *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

FURLANI, J. *O Bicho vai pegar!:* um olhar pós-estruturalista à Educação Sexual a partir de livros paradidáticos infantis. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Orgs.). *Debates contemporâneos sobre educação para a sexualidade*. Rio Grande: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017. p. 25-52.

JUNQUEIRA, R. D. A invenção da “ideologia de gênero”. In: RIBEIRO, Marcos. (Org.) *A conversa sobre gênero na escola: aspectos conceituais e político-pedagógicos*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

KÜCHEMANN, B; BANDEIRA, L, M.; ALMEIDA, T. C. A categoria gênero nas ciências sociais e sua interdisciplinaridade. *Revista do CEAM*, v. 3, n. 1, p. 63-81, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadoceam/article/view/10046>. Acesso em: 06 nov. 2020.

LAGARDE, M. La multidimensionalidad de la categoría género y del feminismo. *Metodología para los estudios de género*. México: Instituto de Investigaciones Económicas, Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

LIONAÇO, T. et al. Ideologia de gênero: estratégia argumentativa que forja cientificidade para o fundamentalismo religioso. *Revista Psicologia Política*, v. 18, n. 43, p. 599-621, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519-549X2018000300011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 06 nov. 2020.

LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. L. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAIA, M. F. G; ROCHA, D. Ideologia de gênero na educação: a desqualificação de saberes sujeitos. *Revista Contemporânea de Educação*, v. 12, n. 25, p. 402-419, 2017. Disponível: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/3690/pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

MARTINS, C. I. C. Mulheres poderosas: gênero, raça, sexualidade, classe, nação e outras categorias nômadas na literatura contemporânea de mulheres africanas. In: COLLING, L. (Org.) *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 177-192.

MISKOLCI, R. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu*, n. 53, p. 1-14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n53/1809-4449-cpa-18094449201800530002.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

MISKOLCI, R; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v.32, n.3, p.723-745, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922017000300725&script=sci_arttext. Acesso em: 06 nov. 2020.

OLIVEIRA, J. M. Trânsitos de gênero: leituras queer/ trans* da potência do rizoma gênero. In: COLLING, L. (Org.) *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador : EDUFBA, 2016. p. 109-132.

OLIVEIRA, R. M, de; DINIZ, D. Materiais Didáticos Escolares e Injustiça Epistêmica: sobre o marco heteronormativo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n.1, p. 241-256, jan./mar, 2014. Disponível: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362014000100014&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 06 nov. 2020.

PARAÍSO, M. A. A ciranda do currículo com gênero, poder e resistência. *Currículo sem fronteiras*, v. 16, n. 3, p. 388-415, 2016. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss3articles/paraiso.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2020.

PARAÍSO, M. A. Fazer do caos uma estrela dançarina no currículo: invenção política com gênero e sexualidade em tempos do slogan “ideologia de gênero”. In: PARAÍSO, M. A.; DA SILVA CALDEIRA, M. C. (Ed.). *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2018. p. 23-52.

RANNIERY, T. Manifesto Beyoncé no currículo: a força da música e o brilho erótico do corpo que dança. In: PARAÍSO, M. A.; CALDEIRA, M. C. S. (Org.) *Pesquisas sobre currículos, gêneros e sexualidades*. Belo Horizonte: Mazza, 2018. p. 199-218.

REIS, T; EGGERT, E. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Educação & Sociedade*, v. 38, n. 138, p. 9-26, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302017000100009&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 06 nov. 2020.

SATTLER, J. *Epistemologia Feminista*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://cpgd.paginas.ufsc.br/files/2019/05/Epistemologia-Feminista-texto-para-leitura-pr%C3%A9via.pdf>. Acesso em 24 mar. 2020.

SAUNDERS, T. L. Epistemologia negra sapatão como vetor de uma práxis humana libertária. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 7, p. 102-116, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22275/o>. Acesso em: 06 nov. 2020.

SCALA, J. *Ideologia de Gênero: o neototalitarismo e a morte da família*. São Paulo: Artpress Indústria Gráfica e Editora Ltda, 2011.

SOUZA, E. J; MEYER, D. E. E; SANTOS, C. Educação sexual no currículo de biologia: entre resistências e enfrentamentos à “ideologia de gênero”. *Currículo sem Fronteiras*, v. 19, n. 2, p. 770-788, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/c682/8048f5b41e50cbb63odd82f7fe0939a10c73.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2020.

TESSER, G. J. Principais linhas epistemológicas contemporâneas. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 10, p. 91-98, jan-dez, 1994. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601994000100012. Acesso em: 06 nov. 2020.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2000.

WILLIAMS, P. Epistemologia e Feminismo. *Revista Três Pontos*, v. 13, n.1, p. 1-19, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistatrespontos/article/view/3385>. Acesso em: 06 nov. 2020.